

Regionalização do Estado de Pernambuco

Histórico

De 1946 a 2003 foram elaborados por órgãos da administração estadual, federal e por acadêmicos estudos e propostas de regionalização para o Estado de Pernambuco.

Em 1946 o professor Hilton Sette realizou o primeiro estudo da divisão do espaço pernambucano na sua tese sobre geografia do Brasil levando em consideração apenas os aspectos físicos (relevo, estrutura geológica, clima, hidrografia e vegetação natural).

Em 1949 o ecólogo e botânico Vasconcelos Sobrinho escreveu o livro *As Regiões Naturais de Pernambuco: o meio e a civilização*, que dispõe o espaço pernambucano em regiões fitogeográficas, usando critérios variáveis em termos de vegetação, bacia hidrográfica, localização ou de relevo definindo dividindo em duas zonas: a mata (marítima e continental) e das caatingas (subzonas agreste e sertão).

Em 1952 foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Nordeste - CODEPE, órgão consultivo do Governo Estadual e de assistência às iniciativas de desenvolvimento econômico e modernização do Estado de Pernambuco. Foram assim iniciados os estudos sobre ocupação territorial ordenada, espacialização de atividades econômicas e a criação de cidades pólos (1954) embasado nos estudos anteriores.

Em 1955, o IBGE compreendeu ser insuficiente a divisão do espaço geográfico brasileiro em grandes regiões que levaram em conta apenas as condições naturais e, passa a dividir cada região em zonas fisiogeográficas, que considerou tanto as variações naturais em escala mais reduzida como o processo de utilização do solo. Neste sentido, manteve a Unidade Litoral - Mata e do Agreste, mas dividiu o Sertão em várias unidades: Triunfo, Sertão do São Francisco, Araripe, Sertão Central, Sertão do Moxotó, Sertão do Alto Pajeú e Sertão do Alto Moxotó, mantida até 1968.

Em 1969, Governo Estadual, tomando por base a Teoria de Pólo de Crescimento, por Decreto Lei nº59 de 25/07/1969, dividiu o Estado em Regiões Administrativas que, estabeleceu 08 (oito) grupos de municípios e designou as cidades-sede de cada uma destas regiões (Região 1 – sede no Recife; Região 2 – sede em Nazaré da Mata, Região 3 – sede em Palmares, Região 4 – sede em Caruaru, Região 5 – sede em Garanhuns, Região 6 – sede em Arcoverde, Região 7 – sede em Salgueiro e, Região 8 – sede em Petrolina) e, determinou que os órgãos da administração direta e indireta usassem a regionalização como elemento territorial de planejamento das suas atividades no âmbito regional e, cria os cargos de Coordenador Regional para cada uma das regiões. Estas Regiões Administrativas que teve como propósito resolver os problemas do Estado dentro de uma visão de conjunto e, atender às exigências peculiares a cada região, não teve rebatimento nos órgãos das administrações direta e indireta que, continuaram a agir sobre o espaço estadual segundo suas próprias características e conveniências (escritórios regionais) sem o sentido de conjunto entre as Secretarias e Órgãos Estaduais.

No período de 1984 a 1987 o CODEPE, preocupado com os estudos regionais, contratou escritórios de planejamento para realizarem Planos de Desenvolvimento Regional, elaborando em 1987, a Proposta de Ação Participativa e Regionalizada do Governo.

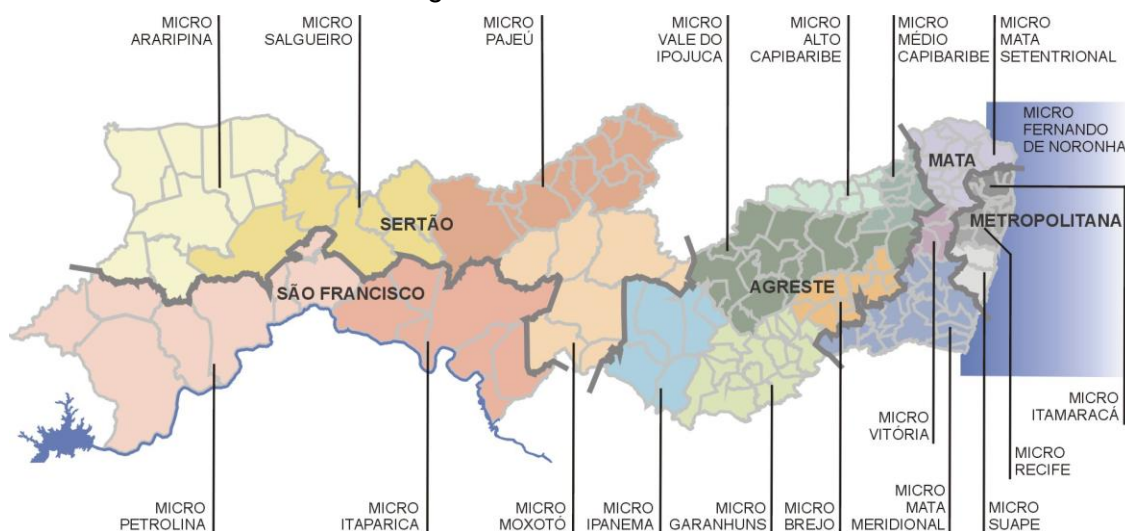
Em 1995 o Governo do Estado realizou os “Seminários Regionais de Desenvolvimento” visando discutir, com a participação da sociedade civil, de líderes sindicais, políticos e empresariais, as prioridades municipais e regionais para traçar as metas do Plano Plurianual 1996-1999. Foram realizados 09 (nove) Seminários, tomando por base as Mesorregiões do IBGE, dividindo-as em alguns casos. À Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco - FIAM, coube a condução metodológica participativa e à Secretária de Planejamento - SEPLAN, a sistematização de todo o material levantado nos Seminários para incorporação no PPA Estadual 1996-1999.

No período de 1999 a 2003, foram adotadas duas regionalizações com dez e onze regiões até se chegar à atual, fruto de estudo das diversas regionalizações existentes, complementada por base técnica e conceitual, principalmente quanto aos fundamentos da política de desenvolvimento local, com a finalidade de implantar um processo de planejamento descentralizado e participativo.

Neste processo de criação das 10 Regiões de Desenvolvimento (RDs), foram considerados os seguintes aspectos:

- Base físico-geográfica do IBGE: foram mantidas as 05 Mesorregiões do IBGE: Metropolitana, Mata, Agreste, São Francisco e Sertão e as 19 Microrregiões foram agrupadas, em Unidades Territoriais de Planejamento denominadas Regiões de Desenvolvimento (RDs);
- Regionalização adotada pela Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE: compreendendo 09 Regiões;
- Regionalização das Secretarias de Saúde (DIRES) e de Educação (DERES); Proposta de Ação Participativa e Regionalizada realizada pelo CODEPE (1987);
- Bacias Hidrográficas.

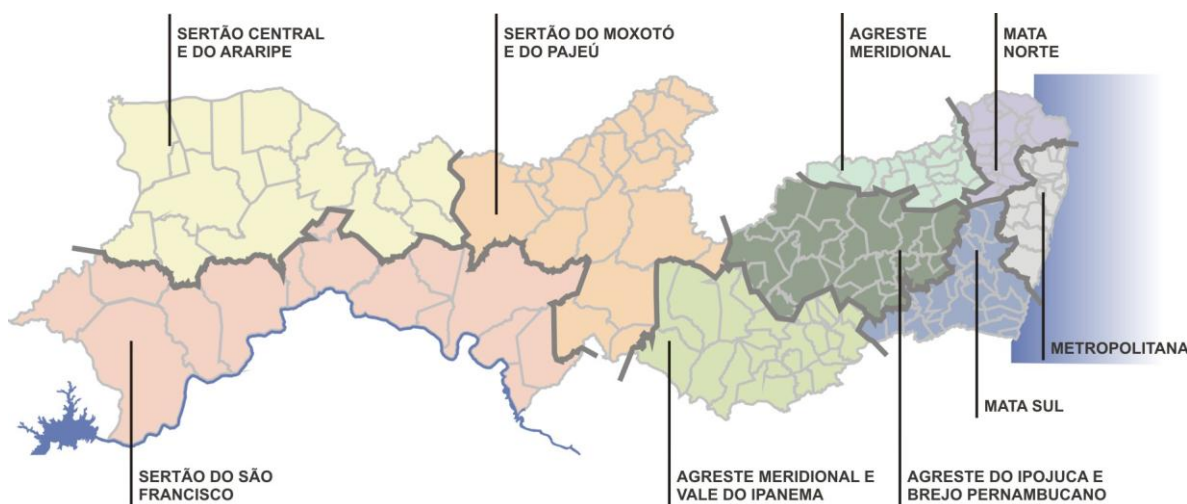
Meso e Microrregiões de Pernambuco – IBGE



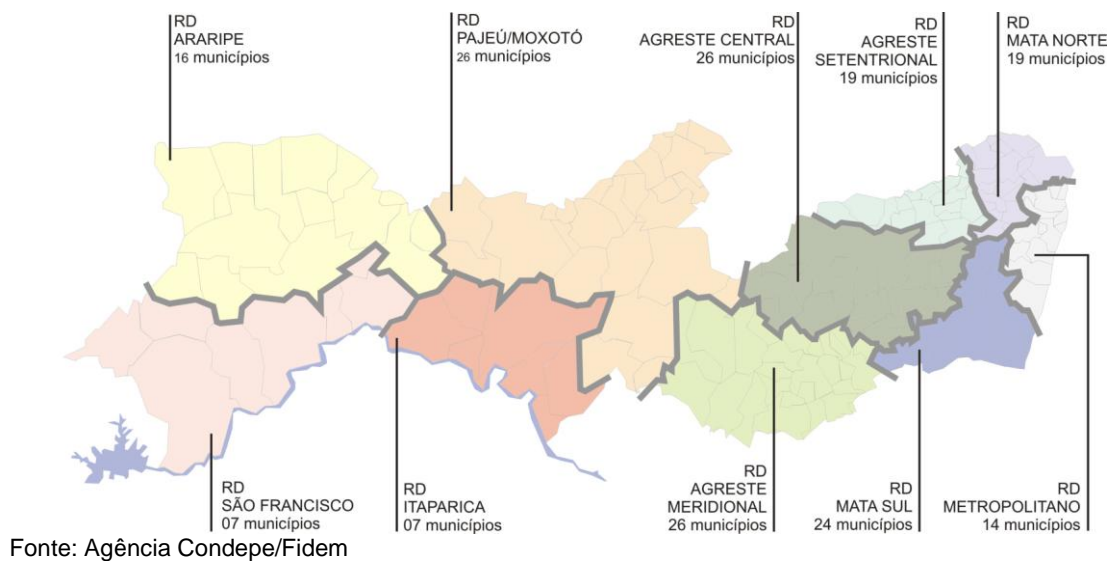
Fonte: IBGE - Elaboração: Agência Condepe/Fidem

Com base na análise destes documentos, foi adotada a organização espacial definida pela AMUPE, com pequenas adaptações, ficando estabelecidas as 10 Regiões de Desenvolvimento, (Lei nº11.725 de 23/12/1999 – PPA Estadual 2000-2003), conforme mapas a seguir:

Regionalização da AMUPE

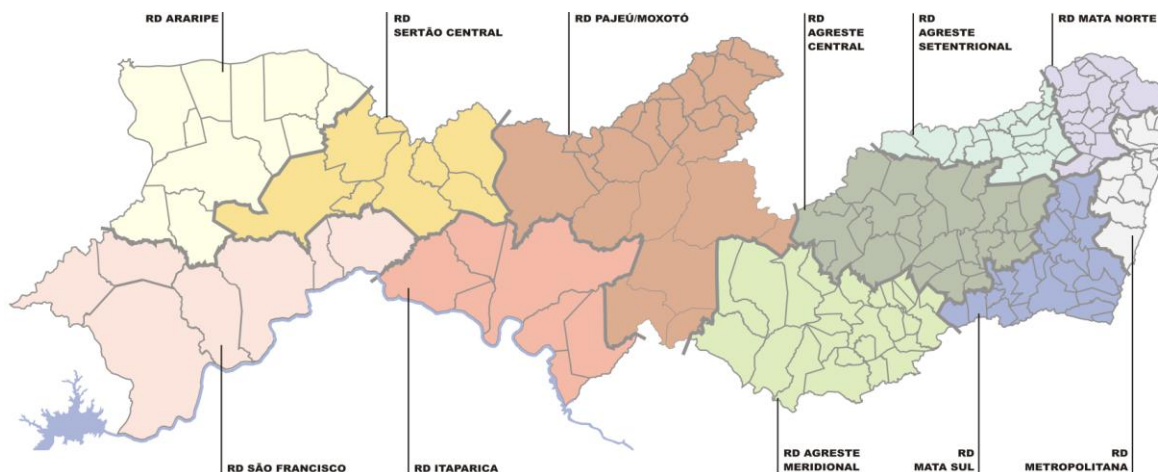


Regionalização do Estado em 10 RDs (Lei nº 11.725 de 23/12/1999)



Por reivindicação da população, durante a realização de fóruns regionais, justificado pela pouca identidade entre os municípios (cultural, política, territorial e econômica) e, por sugestão de deputados estaduais, durante a 1ª revisão do PPA 2000-2003, na Assembléia Legislativa foi criada a 11ª Região de Desenvolvimento do Sertão Central através da Lei nº11.791 de 04/07/2000, seguida pela Lei nº12.049 de 18/07/2001.

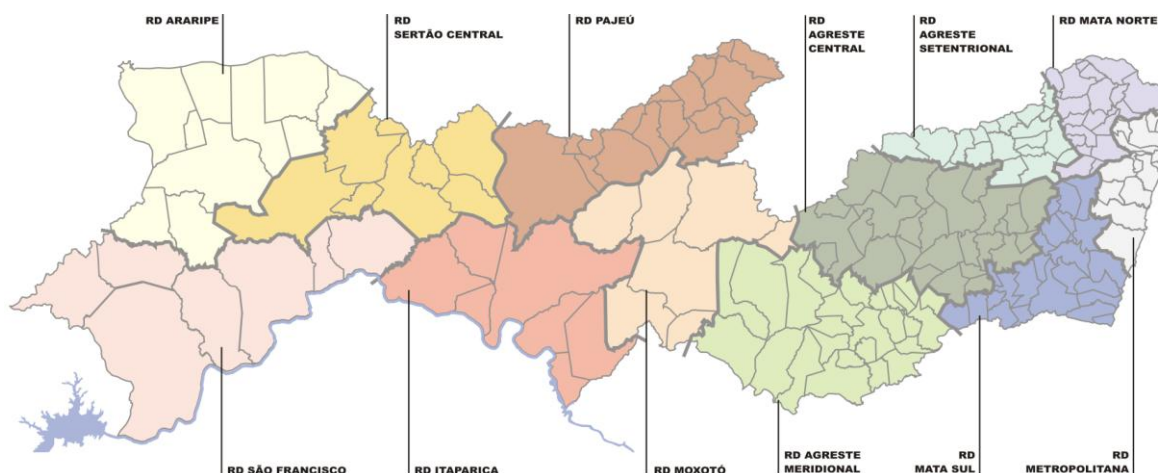
Regionalização do Estado em 11 RDs (Lei nº11.791 de 04/07/2000, seguida pela Lei nº18/07/2001) – 1ª Revisão do PPA 2000-2003



Fonte: Agência Condepe/Fidem

A partir de reivindicações dos atores locais durante realização de fóruns regionais alegando identidades distintas (cultura, política, território e economia) entre o Pajeú e o Moxotó, foi desmembrada a região em duas: RD Pajeú e RD Moxotó. Foi, então, criada a 12ª Região de Desenvolvimento, com a Lei Estadual nº12.427 de 25/09/2003 – PPA 2004-2007.

Regionalização do Estado em 12 RDs – Regionalização Atual (Lei nº12.427 de 25/09/2003) – PPA 2004-2007



Fonte: Agência Condepe/Fidem (2003)

De 2006 até hoje, esta regionalização foi adotada pelo Modelo de Gestão Democrático e Regionalizado, nos “Seminários Todos por Pernambuco” em 2007, regulamentadas pela Lei Estadual nº233/2007 de 02/08/2007, PPA 2008-2011. No entanto após a realização destes Seminários constatou-se a necessidade de novos ajustes e adequações, objeto de estudo pelo Governo do Estado.

BIBLIOGRAFIA

CONDEPE, *Proposta de Ação Participativa e Regionalizada de Governo para o Interior de Pernambuco*, Recife, 1987.

_____, *Estudo de Regionalização – Plano de Trabalho, Versão Preliminar*, Recife, maio de 1977.

_____ e SAREM – Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, *Uma Proposta de Modelo Institucional para a Ação Regionalizada de Governo no Interior do Estado de Pernambuco*, Recife, novembro de 1986.

_____, *Projeto de Regionalização da Administração do Desenvolvimento, Volume I*, Recife, 1980.

_____, *O Espaço Pernambucano e os Estudos Regionais – versão preliminar*, Recife, 1976.